

Síntese de Audição

PETIÇÃO N.º 172/XI

Solicitam que os técnicos superiores doutorados do Estado que se encontram a desempenhar funções de I&D no âmbito da carreira de investigação científica sejam integrados nesta carreira

Dia: 20 de Setembro de 2011

Hora: 14h00

Peticionários: Teresa Lopes da Silva, Luciana Costa, Jorge Gominho, Daniel Oliveira e Mário Mil-Homens

Recebidos por: Deputados Cristóvão Crespo (PSD) - Relator da petição; Michael Seufert (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP)

Síntese dos Temas Abordados:

- ✓ Os peticionários reiteraram o conteúdo e fundamentos da petição apresentada, focando, em especial, a injustiça de estarem a exercer funções de investigadores, frequentemente como responsáveis de projectos, auferindo uma remuneração inferior aos seus colegas da carreira de investigação. Salientaram, ainda, o desconforto desta situação, nomeadamente quando participam em júris de provas académicas ou têm necessidade de alterar a designação da sua categoria profissional, para poderem concorrer a projectos, cujo prestígio e financiamento beneficiam as instituições em que se inserem. Por fim, reportaram-se ao Parecer do Senhor Provedor de Justiça (junto ao processo da petição), no sentido da justiça da pretensão apresentada.

- ✓ Os Senhores Deputados Michael Seufert e Miguel Tiago referiram estar a par da situação explanada, na medida em que haviam acompanhado o processo que se desenrolara na Comissão de Educação ao longo da XI Legislatura, em que se havia procedido a um levantamento de todos os doutorados nas



circunstâncias expostas (cerca de 70), e debatido 3 Projectos de Resolução (PJR 301 (PCP), 317 (BE) e 318 (CDS-PP)), inviabilizados pela então maioria PS. O Senhor Deputado Michael Seufert sublinhou que, embora reiterasse os argumentos então aduzidos, não estava certo de que a resolução da situação dos peticionários fosse compatível com os compromissos internacionais assumidos no âmbito do Programa de Apoio Técnico e Financeiro celebrado entre Portugal e a Troika (CE/BCE/FMI), na medida em que implicaria um aumento de custos salariais. Esta posição foi refutada pelo Senhor Deputado Miguel Tiago, que sublinhou que a Assembleia da República continuava a ser um órgão de soberania, e que não podiam ser os membros da Troika a determinar as opções políticas dos órgãos democraticamente eleitos.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo encerrou a audição, explicando que, na sua qualidade de Relator da petição iria elaborar uma síntese da audição em curso. Comprometeu-se a coligir os elementos disponíveis na Comissão de Educação sobre os antecedentes do processo e referiu que iria elaborar um Relatório final a ser submetido à apreciação da Comissão.

Por fim, declarou encerrada a audição, agradecendo aos peticionários a sua presença.

Palácio de São Bento, em 20 de Setembro de 2011

O Deputado Relator

Cristóvão Crespo